

Centrão impõe condição para acordo sobre regimento

Da Sucursal de Brasília

O "Centrão" passou a fazer nova exigência à cúpula do PMDB para que seja aprovado de comum acordo, amanhã, um novo regimento interno para o Congresso constituinte, cujo texto foi negociado nos últimos dias. O grupo pede a reformulação do "Diário da Constituinte", boletim que vai ao ar em cadeia de rádio e TV, e que seus líderes consideram "tendencioso". "Sem isso não terá acordo sobre a votação", disse ontem o deputado Gastone Righi (SP), líder do PTB e do "Centrão".

O "Centrão" —bloco suprapartidário do Congresso constituinte— quer especialmente o afastamento do deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), 2º vice-presidente da Constituinte, da direção do "Diário". "Ele não tem mais a confiança da maioria", afirmou Righi. O "Diário" é um noticioso feito sob responsabilidade da Mesa do Congresso constituinte. Outro ponto ainda não resolvido e que poderá emperrar um acordo amanhã



é a questão das preferências (pelas quais uma proposta pode ser votada antes das outras) de votação.

Preferências

Uma parte do PMDB ainda insiste em que as preferências de votação para emendas ao projeto da Comissão de Sistematização sejam votadas em plenário, não bastando que tenham 280 assinaturas de apoio. O "Centrão" insiste na "preferência automática", uma vez conseguidas as 280 assinaturas. O PMDB quer votar, amanhã, o texto-base do novo regimento, mas pretende destacar o item sobre as preferências e votá-lo em separado. "Não haverá acordo sobre isso", disse o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), outro líder do "Centrão". O "Diário da Constituinte" e as preferências são os únicos pontos de discórdia.

O texto do novo regimento foi redigido pelos deputados Bonifácio Andrada (PDS-MG), Ricardo Fiuza (PFL-PE), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) —todos do "Centrão"—, pelo secretário-geral da Câmara, Paulo Affonso, e o assessor parlamentar do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves. O texto foi passado para o deputado Nelson Jobim (PMDB-

RS), que o considerou "basicamente bom".

"Nossa posição é aprovar esse texto e tentar ganhar o destaque sobre as preferências", disse ontem Jobim, um dos principais negociadores do PMDB nessa questão. Essa posição comporta riscos de nova derrota para a cúpula do PMDB e a esquerda: para que as preferências sejam votadas é preciso antes a aprovação de um requerimento com este objetivo, pelo plenário. Caso contrário, mantém-se a "preferência automática".

Emendas

O texto prevê que cada constituinte só poderá fazer quatro emendas e seis destaques ao projeto da Comissão de Sistematização. Fixa em sete dias o prazo de apresentação de novas emendas e determina que a votação do texto será por capítulos, não mais por títulos. Prevê ainda que os destaques para votação em separado de emendas precisará de 187 assinaturas de apoio e, depois, de aprovação por maioria simples.

Ontem de manhã, o relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), reuniu-se com os relatores-adjuntos para alguns retoques no texto.

No lugar de Covas



CARDOSO

Na guerra com o "Centrão", o senador Mário Covas (PMDB-SP), líder do partido no Congresso constituinte, acabou se desgastando e perdendo o seu "poder de fogo". O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) jogou em time diferente do de Covas, embora sejam do mesmo partido e da mesma faixa ideológica. Cardoso apostou no acordo e percebeu cedo que o "Centrão" tinha maioria absoluta. Ganhou com isso o respeito do grupo. Foi sua, por exemplo, a iniciativa de propor o adiamento da sessão da quarta-feira da semana retrasada, abrindo uma brecha de negociação que seria desperdiçada no dia seguinte, graças à intransigência de Covas e da esquerda. Agora, seu papel de negociador volta a crescer.



SCALCO

O discreto deputado do PMDB do Paraná, Euclides Scalco, esteve fora de todas as negociações sobre o regimento interno do Congresso constituinte devido a um problema de saúde em sua família, que o obrigou a ficar vários dias em seu Estado. Sua ausência foi fatal. Amigo fiel de Mário Covas —de quem foi interino na liderança do partido—, poderia ter moderado a posição do senador. De volta a Brasília, o nome de Scalco volta a subir nas negociações e o deputado terá, agora, condições de exercer seu estilo diferente de liderança. É duro, mas aberto ao bom-senso. Ele terá a seu favor também o fato de que trabalha sempre em conjunto com os demais líderes do partido, distanciando-se bastante do estilo centralizador de Covas.



RICHA

Não por acaso o senador paranaense José Richa sumiu do mapa nas duas últimas semanas, durante toda a guerra travada entre o "Centrão" e a esquerda, liderada por seu amigo Mário Covas. Ficou o tempo todo preservando sua liderança e preparando propostas de acordo para aquilo que realmente o interessa —o conteúdo da nova Constituição. Agora, com a derrota de Covas, Richa poderá surgir como o principal negociador das questões temáticas. Poderá ser um "tertius" entre a esquerda liderada por Covas e o bloco conservador que forma o "Centrão". Foi mais ou menos isso que fez com o "Grupo dos 32", quando reuniu "progressistas" e "direitistas" dos vários partidos na busca de fórmulas de consenso.



O deputado Nelson Jobim (RS), da ala progressista do PMDB



O deputado Gastone Righi (PTB-SP), membro do 'Centrão'

Próximas sessões terão o dobro de seguranças

Da Sucursal de Brasília

O deputado Jorge Arbage (PDS-PA) —encarregado de preparar as medidas de segurança para evitar a repetição dos tumultos nas galerias, como os da última quinta-feira— disse ontem que as próximas sessões do Congresso constituinte terão o dobro de seguranças que as anteriores (cerca de 200). Segundo ele, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, comprometeu-se a encaminhar um pedido de reforço policial ao governador do DF, José Aparecido de Oliveira.

Arbage, que é o segundo vice-presidente e corregedor da Constituinte, está encarregado de apurar também as responsabilidades pelos incidentes da quinta-feira. Nomeou para isso duas comissões. A primeira apurará os tumultos que sindicalistas fizeram na galeria com apoio de seis deputados do PT, PC do B e PDT. Esta comissão é formada pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e os deputados José Lins (PFL-CE) e Adolfo de Oliveira (PL-RJ). A segunda comissão apurará a briga no plenário entre os deputados Juarez Antunes (PDT-RJ) e Gilson Machado (PFL-PE). Será composta pelo senador José Bisol (PMDB-RS) e o deputado Siqueira Campos (PDC-GO). Nas próximas sessões, o acesso às galerias da Câmara será feito só pela rampa principal do Congresso.

Vitória restaura democracia no plenário, afirma Jobim

Da Sucursal de Brasília

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) disse ontem que a vitória do "Centrão", na disputa do novo regimento do Congresso constituinte, restaurou o princípio democrático de que todas as decisões da assembléia devem ser tomadas por maioria absoluta. "Se a esquerda não tem essa maioria, o que vamos fazer?", perguntou Jobim, ele próprio da esquerda moderada do PMDB.

O mesmo Jobim respondeu à pergunta: "O que temos de fazer, se temos compromissos com avanços, é negociar, trabalhar arduamente para a formação da vontade da maioria". Um dos negociadores do PMDB junto ao "Centrão", no debate sobre o regimento Jobim reconheceu que o regimento anterior poderia estabelecer na futura Constituição artigos que não tivessem recebido um único voto favorável ao longo de toda a Constituinte.

Jobim criticou os partidos de esquerda, como o PT e o PC do B, que ameaçam afastar suas bancadas do plenário e "denunciar" a Constituinte, devido à vitória do bloco conservador. "Denunciar o quê, que a maioria foi vitoriosa?". O deputado, ao contrário, viu um lado bom na disputa da semana passada, pois permitiu um entendimento em torno de uma proposta nova de regimento, que deverá ser votada amanhã: "Ela dá o que a outra não dava: igualdade de condições. Agora, a maioria é que vai decidir".

O deputado Gastone Righi (PTB-SP), citou ontem uma emenda de sua própria autoria para provar que o regimento anterior permitia a aprovação de textos sem um único voto. Foi o que aconteceu quando apresentou emenda na subcomissão de Saúde, cujo relator era o deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG). Mosconi apresentou à subcomissão um texto pelo qual a iniciativa privada poderia supletivamente prestar serviços ao Sistema Único de Saúde, criado pela proposta, mediante contrato de direito público. A emenda de Righi, suprimindo a expressão "mediante contrato de direito público", teve 12 votos a favor com uma abstenção —do próprio Mosconi. Como a emenda não atingiu a maioria absoluta, prevaleceu o texto do relator.

A mesma matéria subiu então para a Comissão de Ordem Social. Lá, Righi apresentou a mesma emenda, que teve 33 votos a favor com uma abstenção (outra vez de Mosconi) e não atingiu novamente a maioria absoluta. Prevaleceu mais uma vez o texto original. Finalmente, o texto foi para a Comissão de Sistematização. Pela terceira vez a emenda de Righi não foi aprovada. Teve 46 votos a favor, com uma abstenção (de Mosconi). De novo, prevaleceu o texto anterior, que foi incorporado ao projeto do relator Bernardo Cabral sem ter recebido um único voto a favor. "E se no plenário, a emenda tivesse 279 votos (um a menos que a maioria absoluta)?", perguntou Righi.